

## ARTIGOS PUBLICAÇÃO CONTÍNUA

Gustavo Uchôas Guimarães<sup>1</sup>

Ivone Antonia da Silva<sup>II</sup>

### Por uma História que dê ouvidos: proposta de formação docente para executar a Lei 11645/2008 no sul de Minas Gerais<sup>1</sup>

For a History that listens: proposal for teacher training to implement Law 11645/2008 in the south of Minas Gerais

#### RESUMO:

A História Indígena regional é um conteúdo de grande importância para uma formação docente que se queira voltada à promoção da diversidade étnico-racial e cultural, atendendo a lei 11645/2008 (sobre o ensino de História Indígena nas escolas) e o caput do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (sobre o caráter de regionalidade que deve ser contemplado pelo currículo nas escolas). No entanto, face ao pouco conhecimento de professores sobre História Indígena (Guimarães, 2024a), é necessário oferecer formação baseada nos estudos já realizados a respeito de aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos da presença indígena na bacia do rio Verde, sul de Minas Gerais, com base em documentação histórica e pesquisas arqueológicas. Por meio de levantamento e análise bibliográfica sobre a História Indígena regional na bacia do rio Verde, este estudo apresenta sugestões que facilitem aos professores um trabalho que atenda às mencionadas legislações e, mais que isto, mostre as diversidades que formaram a sociedade sul-mineira. As sugestões são práticas que direcionam professores para o aproveitamento das fontes sobre a História Indígena regional em diversos componentes curriculares.

**Palavras-chave:** Formação docente; História Indígena; Regionalidade

#### ABSTRACT:

Regional Indigenous History is a content of great importance for teacher training aimed at promoting ethnic-racial and cultural diversity, in compliance with law 11645/2008 (on the teaching of Indigenous History in schools) and the caput of the article 26 of the National Education Guidelines and Bases Law (on the character of regionality that must be covered by the curriculum in schools). However, given the lack of knowledge among teachers about Indigenous History (Guimarães, 2024a), it is necessary to offer training based on studies already carried out regarding historical, cultural, social and economic aspects of the indigenous presence in the Verde river basin, south of Minas Gerais. General, based on historical documentation and archaeological research. Through a bibliographical survey and analysis on regional Indigenous History in the Verde River basin, this study presents suggestions that make it easier for teachers to carry out work that complies with the aforementioned legislation and, more than that, shows the diversities that formed the southern society of Minas Gerais. The suggestions are practices that direct teachers to use sources on regional Indigenous History in various curricular components.

**Keywords:** Teacher training; Indigenous History; Regionality

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol, Paraguai; Professor de História, Escola Estadual Afonso Pena, Varginha, MG, Brasil.

gustavoemarieli19@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0003-2878-8090>

<sup>II</sup> Doutora em Ciências de la Educación pela Universidad Tecnológica Intercontinental, Paraguai; Professora, Faculdade Malta, Teresina, PI, Brasil.

ivonesilvape@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-4707-9911>

## INTRODUÇÃO

A diversidade dos povos indígenas no Brasil é significativa. Os 305 povos, falando 274 línguas (ISA, 2019), apresentam múltiplos aspectos culturais e sociais, o que torna ainda mais desafiadores os estudos sobre estes povos e, ao mesmo tempo, o auxílio a suas demandas. No caso específico do sul de Minas Gerais, muitas pessoas se autodeclararam indígenas nos censos e a região foi povoada por grupos indígenas que se organizavam especialmente em torno dos três principais rios da região – Sapucaí, Verde e Grande (Guimarães, 2019a). Este contexto histórico regional apresenta possibilidades de pesquisa, análise, discussão e divulgação de conhecimentos da parte de professores nas escolas. Além da necessidade de garantir uma educação que promova e valorize diversidades (social, cultural, étnica, entre outras), há também o compromisso com o cumprimento da Lei Federal nº 11645/2008, que tornou obrigatório o ensino das histórias e culturas dos povos indígenas do Brasil.

Pesquisas realizadas em diferentes períodos embasam os conhecimentos que precisam ser transmitidos aos professores através de formação docente inicial e contínua. Por exemplo, a dissertação de mestrado de Guimarães (2024a) faz um levantamento histórico e arqueológico e reúne abordagens historiográficas, memorialistas e arqueológicas a respeito da presença indígena no sul de Mi-

nas, com foco na bacia do rio Verde. O autor pesquisa essa presença desde 2015, com diversos trabalhos publicados sobre a temática. Além dele, pode-se citar os esforços do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), na década de 1960; as prospecções arqueológicas em Varginha, na década de 2010; os escritos de diversos autores ao longo dos séculos XIX e XX (que mostram aspectos da presença e das identidades indígenas no sul de Minas, tanto pelo que dizem quanto pelo que não dizem); entre outras iniciativas e trabalhos desenvolvidos. Tudo isto constitui um importante embasamento para a formação de professores e o uso pedagógico em prol da promoção da diversidade étnico-racial e cultural da região.

A formação docente (inicial e continuada) tem um papel fundamental no cumprimento da lei 11645/2008 e na promoção de uma educação para a diversidade, valorizando as múltiplas raízes do povo brasileiro e os muitos sujeitos que, até hoje, dinamizam distintos aspectos de nossa sociedade. Pensar uma formação voltada para tal propósito é urgente nas instituições educacionais brasileiras, considerando que vivemos em uma sociedade culturalmente diversa e que precisa superar os preconceitos e violências historicamente construídos. A proposta é de um processo educacional que dê ouvidos a estas vozes discriminadas e excluídas, para que expressem suas histórias e culturas, contribuindo para uma formação mais humanizada.

No decorrer do texto, algumas reflexões e propostas conduzirão a pensar e discutir a formação docente voltada ao ensino da história indígena, contribuindo para o necessário diálogo a respeito das práticas docentes fundamentadas na valorização e promoção da diversidade cultural. O primeiro capítulo, “Trajetórias e memórias”, realiza um breve levantamento das produções e estudos sobre a presença indígena no sul de Minas, com ênfase na bacia do rio Verde, incluindo as pesquisas sob a ótica pedagógica que se analisam esta presença no contexto escolar. O segundo capítulo, “Uma História que dê ouvidos”, aborda usos da História Indígena regional como propostas para formação voltada à promoção da diversidade étnico-racial e cultural, estendendo o que já foi pesquisado e discutido em estudos anteriores, além de propor novas possibilidades para que professores cumpram, com a devida qualidade, o disposto na Lei nº 11645/2008.

## TRAJETÓRIAS E MEMÓRIAS

Ao longo dos séculos XIX e XX, a presença indígena no sul de Minas é esparsamente mencionada em produções de memorialistas que contam histórias das várias localidades sul-mineiras. Como exemplo, temos as edições do *Almanack Sul-Mineiro* (1874 e 1884), nas quais o jornalista Bernardo Saturnino da Veiga faz um panorama históri-

co, cultural, social, religioso, político e econômico das vilas, cidades, distritos e povoados da região. Em alguns relatos, menciona presenças indígenas como origem de topônimos locais, destacando, porém, que tais grupos já não mais existiam em razão da chegada da “civilização”. Além dessas edições, diversos outros memorialistas abordaram a história sul-mineira e, ocasionalmente, mencionaram presenças indígenas na formação da região, mas as menções situam o indígena no passado, mostrando uma suposta extinção devido a conflitos com os colonizadores. Uma análise mais detalhada é realizada por Guimarães (2019b) ao tratar dos escritos de Bernardo Saturnino da Veiga, Luís Barcellos de Toledo, Monsenhor José do Patrocínio Lefort e Thalita de Oliveira Casadei. Embora Casadei fosse historiadora, sua obra analisada foi um livro com memórias da história do município da Campanha. Na abordagem, enfatiza-se a característica desses escritos em mostrar o colonizador como civilizador e tratar a formação da sociedade sul-mineira como iniciativa dos povoadores brancos, relegando o indígena ao papel de elemento agressivo que conflitou e foi derrotado pelo “civilizador”.

Até meados do século XX, os memorialistas foram os principais responsáveis por mencionar os indígenas que marcaram presença na formação histórica, social, cultural e econômica do sul de Minas, especialmente na bacia do rio Verde. No

entanto, a partir da década de 1960, outras iniciativas passaram a debruçar-se sobre a presença indígena regional, como as pesquisas arqueológicas e os recentes estudos historiográficos. Em 1967, o médico varginhense Alcebiades Viana de Paula publicou um artigo na revista da Associação Médica de Minas Gerais com estudos sobre artefatos indígenas encontrados em Varginha e municípios vizinhos. Na mesma década, as pesquisas de Ondemar Dias, no âmbito do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), revelaram novas evidências e possibilidades de estudos em áreas da região (Dias, 1971; 2014). Na década de 2010, trabalhos de prospecção arqueológica em Varginha trouxeram à tona mais de 600 peças produzidas por indígenas (Zanettini, 2017).

Além dessas contribuições, outros relatos históricos também mencionam a presença indígena na região do rio Verde. Paranhos (2005) situa essa presença no contexto da chegada dos bandeirantes à Serra da Mantiqueira, enquanto Armelino Guimarães (1985; 1998; 2000) aborda aspectos da presença indígena na formação do município sulmineiro de Itajubá.

Desde a década de 2010, os trabalhos de Gustavo Uchôas Guimarães dão continuidade ao conjunto de pesquisas, estudos e publicações sobre a presença indígena na bacia do rio Verde. No caso específico de Varginha, as pesquisas têm um desdobramento a partir da criação do projeto Ca-

taguá nas Catandubas, pelo arqueólogo Otávio Augusto Freitas. O projeto integra Arqueologia e História em estudos sobre a presença indígena em Varginha e região (Freitas e Guimarães, 2022). Além das produções historiográficas mencionadas neste artigo e das presentes na dissertação de mestrado (2024a), também há produções voltadas ao ensino de História Indígena regional.

Neste sentido, Guimarães (in Costa e Moura, 2019c; 2021; in Costa et al., 2023) compartilha experiências de suas práticas docentes e apresenta sugestões para que os professores trabalhem a História Indígena regional com o compromisso de promover a diversidade étnico-racial e cultural. Essa proposta pretende atender a Lei nº 11645/2008, sobre a obrigatoriedade do ensino de História Indígena nas escolas, e o caput do artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece que o currículo deve contemplar aspectos da realidade regional do aluno.

## UMA HISTÓRIA QUE DÊ OUVIDOS

A Lei nº 11645/2008 determina que o ensino das histórias e culturas indígenas deve abranger diversos aspectos, “resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política”. Nesse trecho, o texto da lei mostra um ponto que precisa ser discutido pelos professores em sua formação,

tanto inicial quanto continuada: as histórias e culturas dos povos indígenas estão, realmente, sendo resgatadas? O conceito de resgate implica uma ideia de perda ou de desaparecimento (o que se perdeu precisaria ser resgatado), o que pode e deve ser questionado por estudiosos. Já na década de 1990, John Manuel Monteiro, em seu livro *Negros da terra*, importante referência a quem estuda a História Indígena no Brasil, tratava desse aspecto ao abordar o conceito de integração. Monteiro argumenta que não houve um movimento unilateral de influência cultural; pelo contrário, os povos indígenas, em diferentes contextos e com várias motivações, aproximaram-se ou afastaram-se das novas realidades políticas, sociais e culturais impostas pela colonização. Esse processo de integração deu-se ora de forma pacífica ora violenta, criando diferenciadas estratégias de resistência ao colonizador, entre elas o uso das estruturas jurídicas portuguesas para reafirmar sua liberdade diante das tentativas de escravização.

Partindo dessa perspectiva, uma formação para professores que tenha em vista a diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil precisa considerar que não se trata, necessariamente, de resgatar algo, mas de trazer ao ambiente escolar um universo histórico e cultural complexo e dinâmico, que se transforma social e historicamente, que interage com os diversos agentes da formação do Brasil sem ser passivo e subserviente. Quando o

professor compreende isso e reconhece a rica diversidade histórica e cultural dos povos indígenas, percebe também que não pode mais limitar a História Indígena na escola apenas às atividades superficiais para o Dia do Índio (19 de abril). Esta discussão é realizada por Giovani José da Silva (2015, p. 21-46), que problematiza a forma estereotipada e folclórica com que se tratam temáticas indígenas nas escolas. Com base em sua experiência com os indígenas Kadiwéu (Mato Grosso do Sul), Silva enfatiza uma educação que, mais do que transmitir fatos ou conceitos, também (e principalmente) possibilite aos alunos perceberem que há muitas formas de se contar histórias e de pensar historicamente.

Além de problematizar conceitos/ideias e de perceber a complexidade e diversidade da construção histórico-social das culturas indígenas, a formação docente deve incentivar o professor a pesquisar – e motivar os alunos a pesquisarem também – as realidades sociais e culturais dos povos indígenas de sua própria região. Isso aproxima os alunos de sua própria realidade histórica e os faz compreender a diversidade de elementos formativos de sua identidade regional (Guimarães, 2019a).

No contexto do sul de Minas, essas propostas podem orientar a reflexão e a ação dos professores no ensino da formação histórica regional, em que se percebe, ao longo do tempo, uma presença

de grupos indígenas (em especial dos troncos linguísticos Tupi e Jê) que ocuparam as regiões dos rios Sapucaí, Verde e Grande. Esses grupos tiveram contatos com os colonizadores, resistiram por meio de várias estratégias (do confronto direto à integração) e contribuíram para a formação da sociedade regional com elementos que se observam até hoje no cotidiano, nas formas de se expressar e de atuar culturalmente (Guimarães, 2019a; Carvalho, 2021). Sobre isso, Resende (2003, p. 2) afirma que

Se ali [Minas Gerais] se produziu inegavelmente uma miscigenação, também gerou uma sociedade mais permeável, capaz de entremear códigos culturais distintos, num hibridismo cultural que Minas evocou na música, dança, festejos e festas, religiosidade, indumentária e ornamentos, língua, conhecimento letrado e popular, gestos, atitudes e comportamentos.

A partir do trecho acima, Resende passa a utilizar a expressão “índios coloniais” para se referir aos indígenas que, em Minas Gerais, não estavam em seus territórios de origem, mas que se integravam (e aqui retomamos o conceito de integração em John Manuel Monteiro) à vida social e cultural nas vilas e cidades mineiras do período colonial.

Todas essas temáticas – presença, integração, resistência – devem ser abordadas na formação docente para o ensino de História Indígena nas

escolas. Em sua pesquisa de mestrado, Guimarães (2024a, p. 94) afirma que

A formação docente aqui proposta pode ser realizada através de seminários, congressos, simpósios e outros tipos de eventos, [...] com a presença de pesquisadores das áreas de História, Arqueologia e Educação, a fim de apresentar e discutir o que é pesquisado, escrito e debatido sobre a História Indígena na região da bacia do rio Verde, além das perspectivas de abordagem desta temática nos ambientes educacionais e, ainda, aproveitando para conhecer experiências de professores que já trabalham temáticas indígenas em sala de aula [...].

Aprofundando essa proposta, uma formação docente voltada à História Indígena regional deve considerar os diversos aspectos dessa História: sociedade, cultura, economia, produção material, relação entre os grupos indígenas e entre estes e os colonizadores, presença na sociedade sul-mineira atual, resistência, ressurgência, entre outros. Portanto, é uma formação que deve se apoiar nos estudos historiográficos, arqueológicos e pedagógicos, analisando e discutindo as produções para facilitar aos professores o acesso às fontes e a utilização destas como ferramentas de ensino da História Indígena regional.

Guimarães (2024b, p. 418-423) destaca que “o acesso a diversos conhecimentos e às tecnologias digitais são aliados de professores e alunos na

superação de visões eurocêntricas a respeito de nossa história, cultura e sociedade”. Esse ponto faz pensar na utilidade das tecnologias digitais como facilitadoras da formação docente sobre a História Indígena regional. Há muitos sites e plataformas digitais nos quais os professores podem acessar materiais atualizados sobre a temática, em especial as mais recentes pesquisas sobre a bacia do rio Verde, disponibilizadas nos meios virtuais para ampliar o alcance do conhecimento a pesquisadores e demais interessados.

Ainda em relação ao parágrafo anterior, destaca-se novamente a “superação de visões eurocêntricas”, movimento necessário para que professores e alunos realmente compreendam a diversidade cultural em torno dos povos indígenas e sua presença na formação do sul de Minas Gerais. Enxergar os povos indígenas com olhares eurocêntricos significa perpetuar preconceitos e distorções historicamente construídas. Por isso, a formação docente sobre a História Indígena regional deve contemplar abordagens que se distanciem do eurocentrismo, buscando como fontes os saberes indígenas e os autores – indígenas ou não – que tratem as temáticas indígenas como quem “fala junto” e “dá ouvidos”, não como quem “fala por eles”. Como afirma Guimarães (2024a, p. 92):

O trabalho de descrição da regionalidade e historicidade indígena na bacia do rio Verde [...] não pode deixar de lado uma perspectiva

voltada às “epistemologias do Sul”, ou seja, olhar a América Latina com olhos latino-americanos; ou, mais especificamente, olhar a bacia do rio Verde com olhos sul-mineiros, olhos que enxergam as contribuições indígenas como parte importante de um processo de formação histórica, cultural, social e econômica, sem os preconceitos do eurocentrismo. Este olhar que se debruça sobre os vestígios históricos e arqueológicos para considerar as vozes indígenas que falam através dos documentos e artefatos é uma postura de quem dá ouvidos e sabe que os indígenas são agentes da História e não meros espectadores que sofrem violências sem resistir.

Assim, a formação docente sobre a História Indígena regional deve considerar produções como as de John Manuel Monteiro, Maria Leônia Chaves de Resende, Aníbal Quijano, Boaventura Sousa Santos, entre outros teóricos que embasam um olhar fora do eurocentrismo e possibilitam perceber a História Indígena na bacia do rio Verde sob a ótica das integrações e resistências que moldaram e transformaram as identidades indígenas ao longo dos últimos séculos. As características dessas identidades e suas contribuições à formação da região podem ser compreendidas, sobretudo, por meio das documentações históricas e vestígios arqueológicos, elementos indissociáveis para uma visão ampla dos processos históricos, sociais, culturais e econômicos.

Para além da teoria – fundamental no pro-

cesso formativo –, a formação docente deve também ter um aspecto prático. Diante das muitas fontes para conhecer e compreender a História Indígena regional sob uma perspectiva não eurocêntrica, surge a questão: como aplicar esse conhecimento nas práticas docentes de forma a cumprir, com qualidade, o disposto na Lei nº 11645/2008 e no caput do artigo 26 da LDB, promovendo, no ambiente escolar, a valorização da diversidade cultural regional?

A princípio, podem-se considerar as sugestões apresentadas por Guimarães (in Costa e Moura, 2019c; 2021; in Costa et al., 2023): leitura comparativa de documentos históricos (produzidos por indígenas e não indígenas), análise de escritos produzidos por autores sobre a região do rio Verde (como memorialistas), estudo dos aspectos culturais dos povos dos grupos Tupi e Jê, atividades com História Oral, excursões a museus e sítios arqueológicos da região, palestras, atividades interdisciplinares, utilização de recursos tecnológicos digitais para pesquisa e estudo da diversidade cultural e da presença indígena na região, entre outras. Para ampliar a compreensão e conexão entre as sugestões e o contexto da presença indígena no sul de Minas Gerais, com ênfase na região da bacia do rio Verde, detalharemos a seguir as propostas que podem ser trabalhadas pelos professores:

- Leitura comparativa e análise de escritos: as atividades podem ser desenvolvidas com docu-

mentação de diferentes períodos, autores e perspectivas. Um exemplo disso é a utilização de textos produzidos por memorialistas da região do rio Verde e por pesquisadores da História Indígena regional, como as edições do *Almanach Sul-Mineiro*, do jornalista Bernardo Saturnino da Veiga (1874; 1884), e as produções de Guimarães (2017; 2019a; 2019b; 2024) e Freitas e Guimarães (2022). Os professores podem explorar trechos dos textos para comparar as perspectivas dos autores quanto a presença indígena na bacia do rio Verde, analisando as mudanças de abordagem conforme as mentalidades de cada período e as diferentes visões historiográficas sobre as temáticas indígenas;

- Estudo de aspectos culturais, utilização de recursos tecnológicos digitais e atividades interdisciplinares: como as pesquisas sobre presença indígena na bacia do rio Verde apontam para povos dos grupos Tupi e Jê (Freitas e Guimarães, 2022, p. 16-19), os professores podem direcionar práticas de pesquisa na internet sobre elementos culturais próprios dos povos desses grupos e sobre as investigações e produções relativas à presença indígena na região, além de desenvolver atividades a partir do que os alunos encontrarem, como rodas de conversa, seminários e produções artísticas, integrando diferentes componentes curriculares;

- Atividades com História Oral: nas localidades em que vivem professores e alunos, podem ser desenvolvidas atividades de pesquisa junto a pes-

soas da comunidade que tenham histórias a respeito de presença indígena e seus elementos. Guimarães (2019, p. 33-40), por exemplo, aborda uma experiência de pesquisa que registrou a presença indígena em uma área rural de Virgínia, sul de Minas Gerais, através do relato de um antigo morador local. Os relatos de moradores podem contribuir às pesquisas sobre presença indígena no sul de Minas, conectando professores e alunos à formação da identidade local;

- Excursões e palestras: as práticas docentes voltadas à História Indígena regional podem ser enriquecidas com atividades de campo, levando alunos a locais que mostrem a presença indígena, seja através de registros históricos e arqueológicos ou de comunidades contemporâneas. Nesse sentido, podem ser desenvolvidas visitas ao Museu Municipal de Varginha, ao Museu Histórico e Arqueológico de Conceição dos Ouros e às aldeias no município de Caldas (povos Xukuru Kariri e Kiriri). Além disso, as escolas podem promover palestras, convidando envolvidos com as temáticas indígenas. Podem ser convidados membros das aldeias, pesquisadores, pessoas da comunidade com histórias e saberes ligados à presença indígena local, entre outras pessoas.

Além dessas sugestões, outras podem ser apresentadas para que os professores trabalhem a História Indígena regional de maneira qualificada.

Uma forma relevante de trabalhar temáticas indígenas inclui a literatura. Embora não haja, na região da bacia do rio Verde, autores indígenas produzindo literatura, essa é uma ferramenta que os professores podem utilizar para introduzir os alunos a perspectivas e saberes que rompem com o eurocentrismo e o colonialismo. Ao explorar, por exemplo, produções de autores como Daniel Munduruku, Ailton Krenak, Trudruá Dorrico e Eliane Potiguara, professores e alunos têm uma visão mais ampla da diversidade cultural que caracteriza a formação do Brasil e as **agências**<sup>2</sup> indígenas ao longo da História. Partindo desse embasamento e dessa visão ampliada, pode-se direcionar o estudo para a História Indígena regional e, por exemplo, culminar em atividades como produções textuais, releituras e outras produções artísticas sobre a temática.

Outra possibilidade didática abrange os grafismos indígenas. Primeiramente, é importante destacar que os grafismos não são desenhos aleatórios, mas expressões artísticas e culturais que refletem visões de mundo, mitologias e identidades. Como a região da bacia do rio Verde teve presença de povos pertencentes aos grupos Tupi e Jê, pode-se trabalhar com grafismos característicos desses povos, levando os alunos a compreendê-los em seus contextos culturais e, por meio deles, fazer conexões interdisciplinares com áreas como Arte e Matemática.

Além dessas sugestões, a formação docente sobre História Indígena regional pode instrumentalizar os professores com outras estratégias pedagógicas desenvolvidas a partir das fontes disponíveis. Assim, é possível trabalhar a História Indígena regional sob perspectivas diversas (geográfica, biológica, linguística, artística, sociológica, entre outras) para promover uma visão mais abrangente da temática.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma formação docente voltada à diversidade histórica e cultural dos povos indígenas, que realmente promova o pensamento reflexivo e prepare o professor para cumprir a Lei nº 11645/2008 sem recorrer a estereótipos nem preconceitos, deve capacitá-lo a abordar a História Indígena nos seguintes eixos:

- tratar as histórias e culturas indígenas como processos dinâmicos e construções históricas e sociais;

- combater práticas estereotipadas e folclorizadas que reforcem preconceitos em relação aos indígenas ou que invisibilizem suas contribuições;

- promover o conhecimento das realidades regionais e locais para reconhecer e compreender as presenças indígenas na História (inclusive, nos dias atuais).

Conhecer a História Indígena regional e tra-

balhá-la nas práticas escolares, mais do que atender às leis, significa perceber que a diversidade cultural da região está enraizada em diversos contextos (históricos, sociais, culturais, econômicos, etc.) que devem ser vistos, respeitados e valorizados. Além disso, contribui para o fortalecimento das identidades dos alunos, incentivando um sentimento de pertencimento ao espaço local e regional, mesmo em meio aos desafios de um mundo globalizado.

Com essa abordagem, chega-se a uma prática educativa na qual, efetivamente, se dê ouvidos aos indígenas, reconhecendo sua voz própria que ressoa por meio das tradições, dos elementos culturais, dos documentos históricos e de suas experiências, vivências e resistências. O professor, em seu constante processo de formação, reflexão, ação e colaboração, torna-se agente de contribuição para ecoar as vozes indígenas que falam à sociedade.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11645, de 10 de março de 2008.**

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm)

CARVALHO, Eduardo Augusto de. **Dialeto caipira.** São Paulo: Lisbon, 2021.

DIAS, Ondemar. **PRONAPA - Uma história da arqueologia brasileira contada por quem a viveu.**

Entrevista concedida a Jandira Neto em jan.2014.

Disponível em: <http://www.arqueologiaiab.com.br/publications/download/28>. Acesso em: 12.fev.2022.

DIAS, Ondemar. Breves notas a respeito das pesquisas no sul de Minas Gerais. Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, nº 15, 1971, p. 133-148.

FREITAS, Otávio Augusto Pereira; GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Cataguá nas Catanduvás:** Ocupação humana e História Indígena do município de Varginha - MG. Batatais: Gráfica Castelo, 2022. Publicação promovida pela Fundação Cultural de Varginha, para fins de Educação Patrimonial através da Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural, do Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha e do Museu Municipal de Varginha. Disponível em: [https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/wp-content/uploads/2022/11/cartilha\\_catagua.pdf](https://fundacaoculturaldevarginha.com.br/wp-content/uploads/2022/11/cartilha_catagua.pdf)

GUIMARÃES, Armelim. **História de Itajubá.** Itajubá: Edição do autor, 1985.

GUIMARÃES, Armelim. **Itajubá e sua história.** São José dos Campos: Edição do autor, 1998.

GUIMARÃES, Armelim. **Resumo didático da história de Itajubá.** São José dos Campos: Papercrom, 2000.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Contribuições da presença indígena na região da bacia do rio Verde no sul de Minas Gerais como proposta para formação continuada dos professores de História da rede municipal de ensino de Elói Mendes (2024).** Dissertação (Mestrado). 112 f. Universidad Del Sol, Ciudad Del Este, Paraguai, 2024a. Disponível em: [https://www.academia.edu/127190419/Contribui%C3%A7%C3%B5es\\_da\\_presen%C3%A7a\\_ind%C3%ADgena\\_na\\_regi%C3%A3o\\_da\\_Bacia\\_do\\_Rio\\_Verde\\_no\\_sul\\_de\\_Minis\\_Gerais\\_como\\_proposta\\_para\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_continuada\\_dos\\_professores\\_de\\_Hist%C3%B3ria\\_da\\_Rede\\_Municipal\\_de\\_Ensino\\_de\\_El%C3%B3i\\_Mendes\\_MG\\_2024\\_](https://www.academia.edu/127190419/Contribui%C3%A7%C3%B5es_da_presen%C3%A7a_ind%C3%ADgena_na_regi%C3%A3o_da_Bacia_do_Rio_Verde_no_sul_de_Minis_Gerais_como_proposta_para_forma%C3%A7%C3%A3o_continuada_dos_professores_de_Hist%C3%B3ria_da_Rede_Municipal_de_Ensino_de_El%C3%B3i_Mendes_MG_2024_)

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. Globalização, lei 11645/2008 e espaços escolares: Relatos de experiências e reflexões sobre perspectivas. In: COSTA, Antônio Marcos Foureaux *et al.* **Aspectos da globalização:** Modernidade líquida e a obsolescência programada. Belo Horizonte: Selo Editorial Starling, 2023. Pág. 81-88.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. Histórias e culturas indígenas na educação básica: sugestões de abordagem nas escolas de Itanhandu/MG. In: COSTA, Antônio Marcos Foureaux; MOURA, Dayvison Bandeira de (org.). **Caleidoscópio pedagógico, diferentes olhares: práticas, concepções e educação inovadora**. Lisboa: Lisbon International Press, 2019c. Pág. 125-139.

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Histórias e culturas indígenas na Mantiqueira e vale do rio Verde**. Timburi/SP: Cia. do Ebook, 2019a. Disponível em: [https://www.academia.edu/75175243/Hist%C3%B3rias\\_e\\_Culturas\\_Ind%C3%ADgenas\\_na\\_Mantiqueira\\_e\\_Vale\\_do\\_Rio\\_Verde](https://www.academia.edu/75175243/Hist%C3%B3rias_e_Culturas_Ind%C3%ADgenas_na_Mantiqueira_e_Vale_do_Rio_Verde)

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Histórias e culturas indígenas no espaço escolar: Discussões sobre a História Indígena de Itanhandu/MG e abordagens pedagógicas**. XXXI Simpósio Nacional de História - ANPUH, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628267085\\_ARQUIVO\\_e63348cef7c1140728b3c40f55bca417.pdf](https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628267085_ARQUIVO_e63348cef7c1140728b3c40f55bca417.pdf)

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Presença de indígenas no município de Virgínia – Um resgate da história indígena sul-mineira**. XXIX Simpósio Nacional de História, UnB, Brasília, 2017. Disponível em:

[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502750574\\_ARQUIVO\\_PRESENCADINDIGENASNOMUNICIPIODEVIRGINIA.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502750574_ARQUIVO_PRESENCADINDIGENASNOMUNICIPIODEVIRGINIA.pdf)

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. **Resenha** - COSTA, Antônio Marcos Foureaux et al. Aspectos da globalização: Modernidade Líquida e a obsolescência programada. Belo Horizonte: Selo Editorial Starling, 2023. 100 p. *Convergências: Estudos Em Humanidades Digitais*, 1(04), 2024b, p. 418-423. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/953/1019>

GUIMARÃES, Gustavo Uchôas. Uma visão dos indígenas do sul de Minas nos relatos de alguns memorialistas. In: PEREIRA, Denise (org.). **Campos de saberes da história da educação no Brasil**. Ponta Grossa: Atena, 2019b. Volume 2. Recurso eletrônico. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/post/uma-visao-dos-indigenas-do-sul-de-minas-nos-relatos-de-alguns-memorialistas>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Quantos são?** Disponível em: [https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos\\_s%C3%A3o%3F](https://pib.socioambiental.org/pt/Quantos_s%C3%A3o%3F) Acesso em: 10.jan.2022. Publicado em 18.nov.2019.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São

Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PARANHOS, Paulo. **A passagem bandeirante pelo Caminho Velho das Minas Gerais**. Revista da ABRASP, nº 11, 2005, p. 11-24. Disponível em: [http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev11\\_art2.pdf](http://www.asbrap.org.br/documentos/revistas/rev11_art2.pdf). Acesso em: 14.out.2018.

PAULA, Alcebíades Viana de. **Achados arqueológicos na região de Varginha**. Revista da Associação Médica de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 19, nº 2, 1967, p. 98-106.

RESENDE, Maria Leônia Chaves de. **Gentios brasileiros: Índios coloniais na Minas Gerais setecentista**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2003. Orientador: John Manuel Monteiro. 401 páginas.

SILVA, Giovani José da. **Ensino de História Indígena**. In: WITTMANN, Luísa Tombini (org.). **Ensino de (e) História Indígena**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Monitor Sulmineiro, 1874. Disponível em: [https://www.academia.edu/127402624/Almanach\\_Sul\\_Mineiro\\_1874](https://www.academia.edu/127402624/Almanach_Sul_Mineiro_1874)

VEIGA, Bernardo Saturnino da. **Almanach Sul-Mineiro**. Campanha: Monitor Sulmineiro, 1884.

Disponível em: [https://www.academia.edu/127402989/Almanack\\_Sul\\_Mineiro\\_1884](https://www.academia.edu/127402989/Almanack_Sul_Mineiro_1884)

ZANETTINI ARQUEOLOGIA. **Programa de Resgate e Educação Patrimonial PCH Boa Vista II - Município de Varginha, Estado de Minas Gerais**. Relatório final de resgate arqueológico. Jun.2017. Coordenado por Paulo Eduardo Zanettini.

## NOTAS

<sup>1</sup>Artigo desenvolvido, a princípio, como trabalho para a disciplina de Formação Docente Contínua, ministrada pela Profª Drª Maria Cristina Peralta no Mestrado em Ciências da Educação na Universidad Del Sol (UNADES), em Assunção (Paraguai), janeiro de 2022. Posteriormente, o artigo foi estendido e atualizado sob a orientação da Profª Drª Ivone Antonia da Silva (UNADES, Ciudad Del Este / Paraguai).

<sup>2</sup>Sobre os indígenas como agentes de sua história, será considerada uma das definições de “agência” no Dicionário Michaelis de Língua Portuguesa; segundo este, a palavra refere-se à “capacidade de atuação, de exercer tarefa”. Esta definição foi escolhida pelo uso da palavra “capacidade”: os indígenas são ativos (histórica e culturalmente) e mantêm relações com outros grupos de formas que não são unilaterais. Para as definições de agência, leia: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/ag%C3%Aancia/> (consultado em 24.fev.2022).